

Programa político do Povo de Luta

Propostas para o Tocantins e para a atuação na Assembleia Legislativa





13013

Candidata a deputada estadual pelo Tocantins

PT • Federação Brasil da Esperança

PT • PCdoB • PV

Eleições 2026

Programa para circulação digital

Este programa apresenta nossos compromissos com a população tocantinense. São 13 eixos que orientam a atuação que defendemos para a Assembleia Legislativa, com propostas de leis, fiscalização dos serviços públicos, destinação de recursos e participação popular nas decisões do mandato.

Educação, saúde, terra, moradia, trabalho e proteção dos territórios fazem parte de um mesmo compromisso: melhorar a vida de quem vive e trabalha no Tocantins.



Sumário

Toque ou clique no tema para ir à seção desejada.

Nosso compromisso com o Tocantins 3
Quem somos e como vamos atuar 4
1 Educação pública 5
2 Terra e territórios 6
3 Moradia e direito à cidade 7
4 Saúde pública 8
5 Mulheres e diversidade 9
6 Agricultura familiar e alimentação 10
7 Justiça climática e proteção ambiental 11
8 Segurança pública e direitos humanos 12
9 Cultura e igualdade racial 13
10 Democracia e participação popular 14
11 Trabalho e serviço público 15
12 Pessoas com deficiência e pessoas idosas 16
13 Esporte e juventude 17
Como a população poderá acompanhar 18
Leis e políticas que orientam as propostas 19



Voltar ao sumário

Nosso compromisso com o Tocantins

O Povo de Luta reúne trabalhadoras e trabalhadores, movimentos populares e pessoas comprometidas com a transformação do Tocantins. Nossa história se constrói na organização sindical, na luta pela terra e pela moradia, na defesa da educação pública e na resistência dos povos indígenas, das comunidades quilombolas e das quebradeiras de coco babaçu.

O território que hoje forma o Tocantins guarda a memória dos conflitos agrários, da resistência à ditadura na região do Araguaia e de quem enfrentou a violência para conquistar direitos. Essa memória exige compromisso com a democracia, com a vida e com a proteção de quem continua lutando. No Bico do Papagaio, nas cidades, nos assentamentos e nos territórios tradicionais, a organização popular permanece indispensável.

Queremos levar essas lutas à Assembleia Legislativa. O desenvolvimento do estado precisa melhorar a vida de quem trabalha, distribuir oportunidades entre as regiões, enfrentar o racismo e a desigualdade de gênero e proteger o Cerrado, as águas e os territórios. A produção de riqueza deve caminhar com direitos sociais, trabalho digno e respeito às comunidades.

Somos um projeto petista e de esquerda, comprometido com a transformação socialista por caminhos democráticos e com a participação popular. Somamos nossa atuação à defesa da reeleição de Lula em 2026 e à construção de políticas públicas que enfrentem a fome, a pobreza e as desigualdades.

Nossa proposta é um mandato de deputada estadual com construção coletiva, escuta permanente e prestação de contas. Se eleita, Rose Marques será responsável pelo voto parlamentar e pelos atos do mandato. O coletivo e os movimentos participarão da definição das prioridades e do acompanhamento das ações.

Defendemos uma vida livre de racismo, violência e discriminação; o acesso à terra e à moradia; a liberdade de ensinar e aprender; serviços públicos de qualidade; e condições para que a juventude construa seu futuro no Tocantins. Os compromissos deste programa serão traduzidos em propostas, fiscalização e disputa por recursos públicos, com presença nos territórios e informações que permitam à população acompanhar e cobrar o mandato.



Voltar ao sumário

Quem somos e como vamos atuar

O Povo de Luta reúne seis trajetórias da organização popular tocantinense.

Rose Marques, mulher negra tocantinense e liderança sindical, traz a experiência de organização dos trabalhadores em educação e de defesa da escola pública.

Cristian Ribas, advogado popular e militante de direitos humanos, atua na defesa das populações da cidade, do campo e das comunidades tradicionais.

Naiara dos Santos, assistente social do sistema socioeducativo e militante do Enegrecer e da Marcha Mundial de Mulheres, contribui com as lutas da juventude e das mulheres.

Bismarque do Movimento, liderança do Movimento Nacional de Luta pela Moradia, traz sua trajetória de organização de famílias pelo direito à moradia digna.

Francisca da Paz participa da defesa dos servidores públicos e do enfrentamento à precarização do trabalho e dos serviços públicos.

Professora Francinete, professora do IFTO e liderança do Bico do Papagaio, contribui com a defesa da educação pública, da formação profissional e do ensino superior.

A atuação na Assembleia Legislativa

Fortalecer os movimentos sociais. Abrir caminhos instrucionais para a participação política das organizações populares, bem como ser um espaço de apoio e referência nas trincheiras de luta dos movimentos de juventude, sem teto, sem terra, feminista, antirracista e etc

Propor leis. Apresentar projetos de competência estadual e aperfeiçoar leis existentes. Nas matérias de iniciativa do Governo do Estado, encaminhar propostas, cobrar seu envio à Assembleia e atuar na discussão e votação.

Disputar recursos. Apresentar emendas ao planejamento e ao orçamento estadual. Definir as prioridades das emendas do mandato com participação popular e acompanhar sua execução, os responsáveis e as condições de funcionamento dos serviços apoiados.

Fiscalizar. Requerer informações, acompanhar contratos, realizar visitas e audiências e atuar nas comissões. Encaminhar indícios de irregularidade aos órgãos de controle e propor investigações parlamentares nos termos da lei.

Articular soluções. Trabalhar com municípios, União, universidades, conselhos e movimentos. Obras e serviços são executados pelos órgãos responsáveis; o mandato cobrará providências e acompanhará os resultados.

Prestar contas. Publicar agenda, propostas, votos, fiscalizações e emendas em linguagem acessível, informando os avanços e as providências ainda necessárias.



Voltar ao sumário

1 Educação pública

Defendemos uma educação pública que assegure aprendizagem, inclusão e permanência. No Tocantins, isso exige atenção à rede estadual, à Unitins e às escolas do campo, indígenas e quilombolas, além de cooperação com municípios e instituições federais.

1.1 Aprendizagem e inclusão. Propor diretrizes e defender financiamento para recuperação das aprendizagens, atendimento educacional especializado e acompanhamento de estudantes com transtornos ou dificuldades de aprendizagem. Cobrar formação dos profissionais e integração entre educação, saúde e assistência social.

1.2 Valorização dos profissionais. Fiscalizar o piso nacional do magistério e a jornada extraclasse na rede estadual. Defender planos de carreira, progressões por tempo e titulação e tabelas remuneratórias transparentes. Cobrar o reconhecimento do planejamento de coordenadores e orientadores conforme suas atribuições. Apoiar a cobrança de direitos nas redes municipais.

1.3 Gestão democrática e escola pública. Defender processos participativos de escolha das direções, com critérios públicos de habilitação, respeito às normas aplicáveis e fortalecimento dos conselhos escolares. Cobrar transparência nas nomeações e autonomia pedagógica. Defender a desmilitarização das escolas e enfrentar a privatização e a terceirização que comprometam o caráter público da educação.

1.4 Educação antirracista e autoria tocantinense. Fiscalizar o ensino de história e cultura afro-brasileira e indígena previsto na LDB, com formação docente e materiais adequados. Propor a ampliação dos acervos com obras de autoria tocantinense, negra, indígena, quilombola e de mulheres. Apoiar intercâmbios remunerados com mestras, mestres, griôs e contadores de histórias.

1.5 Liberdade de ensinar e aprender. Defender a liberdade de cátedra, o pluralismo e a autonomia pedagógica. Cobrar apuração de perseguições e assédio contra profissionais da educação, com participação de suas representações sindicais no debate sobre as condições de trabalho.

1.6 Educação do campo e formação profissional. Defender recursos para as Escolas Famílias Agrícolas, a pedagogia da alternância e a formação agroecológica. Fiscalizar transporte e infraestrutura escolar, com atenção ao Bico do Papagaio e aos demais territórios rurais. Articular formação profissional com a rede estadual, o IFTO e as universidades.

1.7 Saúde e proteção na escola. Defender educação sexual crítica, baseada em evidências e adequada a cada etapa de desenvolvimento, com prevenção da violência sexual, da gravidez na adolescência e das infecções sexualmente transmissíveis. Articular escolas, famílias e serviços de saúde. Cobrar atenção à saúde mental e prevenção do adoecimento no trabalho educacional.

1.8 Universidade pública no interior. Defender bolsas e outras medidas de permanência na Unitins, com atenção a estudantes indígenas, quilombolas e de baixa renda. Cobrar planejamento para alimentação estudantil e restaurantes universitários conforme a demanda, além de transporte, acessibilidade e condições de estudo nos câmpus do interior.



Voltar ao sumário

2 Terra e territórios

Defendemos a reforma agrária popular, a proteção das comunidades e a destinação transparente das terras públicas. A atuação do mandato dará atenção ao Bico do Papagaio e aos demais territórios de conflitos e ocupação tradicional, em diálogo com quem vive e trabalha nessas áreas.

2.1 Fiscalização das terras públicas. Requerer ao Itertins informações sobre áreas públicas, titulação e destinação de terras. Defender auditorias e, diante de fatos determinados e indícios documentados, propor uma Comissão Parlamentar de Inquérito, buscando as assinaturas necessárias para sua instalação e a apuração das responsabilidades.

2.2 Assentamentos e reforma agrária. Cobrar infraestrutura, assistência técnica e apoio à produção nos assentamentos, com definição das responsabilidades por estradas, transporte escolar e abastecimento. Articular com o Incra as ações de reforma agrária e, com os órgãos federais, crédito e eletrificação. Destinar emendas a ações e parcerias que melhorem a vida das famílias.

2.3 Prevenção da violência no campo. Defender um protocolo estadual para prevenir a violência em conflitos coletivos pela terra, proteger pessoas ameaçadas e receber denúncias. Articular mediação e cooperação entre Executivo, Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública e sociedade civil, respeitando as atribuições de cada instituição.

2.4 Territórios quilombolas. Construir com as comunidades propostas de aperfeiçoamento da legislação e da regularização das terras de competência estadual. Cobrar estrutura, transparência dos processos e cooperação entre Itertins e Incra. Defender a titulação coletiva e a proteção do uso comunitário dos territórios.

2.5 Povos indígenas e consulta prévia. Defender os territórios indígenas, cobrar providências contra invasões e acompanhar a demarcação e a proteção de responsabilidade federal. Fiscalizar as políticas estaduais de educação, saúde e cultura. Cobrar consulta livre, prévia e informada nas medidas que afetem diretamente os povos abrangidos pela Convenção nº 169 da OIT, respeitando seus protocolos e representações.

2.6 Esporte e cultura nos territórios. Destinar emendas e defender editais para a Copa Quilombola, as Quiolimpíadas e outras iniciativas comunitárias. Apoiar projetos que incluam deslocamento, alimentação, acessibilidade e organização local, ampliando a participação das comunidades do interior.

2.7 Babaçu livre e trabalho das quebradeiras. Cobrar a aplicação da Lei estadual nº 1.959/2008 e construir seu aperfeiçoamento com as quebradeiras de coco. Defender os babaçuais e o acesso em terras públicas e devolutas. Nas áreas privadas, onde a lei atual exige acordo, buscar ampliar as garantias de acesso. Apoiar cooperativas, beneficiamento, segurança no trabalho e comercialização, especialmente no Bico do Papagaio.



Voltar ao sumário

3 Moradia e direito à cidade

Moradia digna precisa vir acompanhada de infraestrutura e acesso aos serviços. Nas periferias de Palmas, Araguaína, Gurupi, Porto Nacional, Paraíso do Tocantins e nos demais municípios, cobraremos investimento habitacional com critérios públicos e atenção às necessidades das famílias.

3.1 Efetivação do TO em Casa. Fiscalizar o orçamento, a seleção de beneficiários e a execução do Programa de Habitação TO em Casa, instituído pela Lei estadual nº 4.684/2025. Defender o acesso à moradia às pessoas em situação de rua, recursos para produção, reforma e melhoria de moradias urbanas e rurais, regularização e modalidades de autogestão previstas em lei, articuladas aos programas federais e municipais.

3.2 Moradia com infraestrutura. Cobrar o cumprimento das exigências de água, esgoto, energia, iluminação e infraestrutura viária nos empreendimentos do programa. Propor aperfeiçoamentos para que as moradias apoiadas pelo Estado tenham acesso a transporte, escolas e serviços de saúde, enfrentando a segregação urbana.

3.3 Terras públicas para fins sociais. Fiscalizar a venda e a destinação de imóveis estaduais. Defender o uso de áreas adequadas para habitação de interesse social e equipamentos comunitários, respeitando os direitos dos ocupantes e a proteção ambiental. Articular com os municípios a regularização urbana, a função social da propriedade e as Zonas Especiais de Interesse Social.

3.4 Saneamento nas periferias e áreas rurais. Fiscalizar a participação estadual na regionalização do saneamento, os contratos e os investimentos. Cobrar metas verificáveis de abastecimento e tratamento de esgoto, priorizando áreas desatendidas. Defender soluções adequadas a cada território, inclusive sistemas descentralizados tecnicamente seguros para localidades rurais e dispersas.

3.5 Mobilidade e infraestrutura. Cobrar melhorias no transporte intermunicipal e cooperação com os municípios para sua integração ao transporte urbano e rural. Priorizar o acesso de estudantes, pessoas idosas, pessoas com deficiência e famílias de baixa renda. Destinar emendas a projetos de calçadas acessíveis, iluminação, pontos de ônibus e travessias seguras, com execução e manutenção planejadas.

3.6 Aluguel social e proteção. Cobrar orçamento, critérios públicos e atendimento ágil nos instrumentos estaduais de aluguel social. Articular a política habitacional à proteção das mulheres em situação de violência, acompanhando também o acesso ao auxílio-aluguel previsto na Lei Maria da Penha, conforme os requisitos de cada benefício.



Voltar ao sumário

4 Saúde pública

Defendemos um SUS capaz de atender quem vive na capital e no interior. A atuação do mandato alcançará hospitais estaduais, filas de atendimento, serviços especializados e continuidade do cuidado, em articulação com a atenção básica dos municípios.

4.1 Fiscalização dos hospitais. Acompanhar o Hospital Geral de Palmas e os hospitais estaduais e regionais, incluindo os de Araguaína, Gurupi e Augustinópolis. Requerer dados sobre leitos, equipes, filas, medicamentos, manutenção e contratos. Cobrar providências documentadas e divulgar os encaminhamentos, preservando a identidade dos pacientes.

4.2 Estrutura e profissionais. Defender recursos no orçamento para equipamentos, manutenção, exames e abastecimento de medicamentos. Cobrar planejamento de concursos e nomeações para necessidades permanentes, valorização dos profissionais e condições adequadas de trabalho. Fiscalizar contratações e enfrentar a precarização que prejudica o atendimento.

4.3 Atendimento oftalmológico. Cobrar um plano estadual de ampliação das consultas, exames e cirurgias, com levantamento das filas, prioridades clínicas e metas de redução da espera por região. Defender acompanhamento após os procedimentos e articulação com os municípios, incluindo transporte sanitário quando necessário.

4.4 Filas transparentes e acesso no interior. Propor mecanismos para que cada paciente acompanhe seu encaminhamento e cobrar divulgação de dados sobre a espera por especialidade e região. Fiscalizar o Tratamento Fora de Domicílio e as responsabilidades estaduais pelo acesso aos serviços de referência, com informação clara às famílias.

4.5 Saúde mental em liberdade. Defender a expansão da Rede de Atenção Psicossocial, com Centros de Atenção Psicossocial e outros serviços comunitários conforme a demanda regional. Cobrar atendimento às pequenas localidades e integração com atenção básica, urgência e assistência social. Fiscalizar práticas de isolamento, violência ou internação que violem os direitos das pessoas em sofrimento mental.

4.6 Financiamento do cuidado público. Priorizar a ampliação da rede pública de saúde mental e enfrentar o financiamento de práticas asilares e violações de direitos. Fiscalizar os serviços contratados ou conveniados ao SUS e defender a expansão planejada da oferta pública, preservando a continuidade do cuidado.



Voltar ao sumário

5 Mulheres e diversidade

Proteção e autonomia devem alcançar todo o Tocantins, inclusive quem vive longe dos grandes centros ou enfrenta barreiras de renda, raça, deficiência, orientação sexual ou identidade de gênero. Articularemos segurança, saúde, moradia e assistência social para ampliar o acesso aos direitos.

5.1 Atendimento às mulheres durante todo o dia. Fiscalizar o funcionamento ininterrupto das Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher, previsto na Lei federal nº 14.541/2023. Cobrar equipes capacitadas, atendimento reservado e preferência por policiais mulheres. Defender expansão regional e acolhimento qualificado nas delegacias dos municípios sem unidade especializada.

5.2 Proteção e autonomia. Defender orçamento para casas de acolhimento e centros de referência, integrando proteção, saúde, orientação jurídica e geração de renda. Cobrar acesso ao aluguel social e ao auxílio-aluguel nas situações previstas em lei, para que a falta de moradia não obrigue mulheres a permanecer em situação de violência.

5.3 Gestação segura e direitos reprodutivos. Cobrar cuidado contínuo para gestantes adolescentes e demais gestantes em situação de vulnerabilidade, com pré-natal, transporte quando necessário, referência para o parto e acompanhamento posterior. Denunciar casos de violência obstétrica. Defender informação, planejamento reprodutivo e métodos contraceptivos pelo SUS, com respeito, sigilo e atenção às situações de violência.

5.4 Política estadual de cuidados. Defender um plano estadual articulado à Política Nacional de Cuidados, construído com quem cuida e com quem necessita de apoio. Propor prioridades e recursos para serviços que reduzam a sobrecarga, ampliem a autonomia e valorizem o trabalho remunerado de cuidado.

5.5 Acolhimento infantil nos serviços públicos. Defender espaços seguros e acessíveis para acolher crianças durante o atendimento de seus responsáveis em equipamentos públicos de maior demanda. Cobrar equipes habilitadas, protocolos de proteção e atendimento a crianças com e sem deficiência, articulados à educação e à assistência social e complementares às creches e escolas.

5.6 Direitos das pessoas LGBTQIA+. Propor o aperfeiçoamento da proteção estadual contra discriminação, com canais de denúncia, acolhimento das vítimas e sanções administrativas cabíveis. Fiscalizar o respeito à identidade de gênero e ao nome social nos serviços estaduais. Articular acesso à saúde, permanência educacional e inclusão no trabalho.

5.7 Pessoas trans na universidade. Defender ações afirmativas para ingresso e permanência de pessoas trans na graduação e na pós-graduação da Unitins, com debate nos órgãos universitários e respeito à autonomia acadêmica. Cobrar apoio à permanência e enfrentamento à discriminação no ambiente universitário.



Voltar ao sumário

6 Agricultura familiar e alimentação

A agricultura familiar, a agroecologia, o agroextrativismo e a economia solidária devem integrar o desenvolvimento do Tocantins. Vamos relacionar apoio à produção, compras públicas, alimentação de qualidade e conservação ambiental, com participação das comunidades e de suas organizações.

6.1 Política de agroecologia. Construir uma proposta estadual que articule assistência técnica, sementes e mudas, recuperação dos solos, conservação da água, formação e comercialização. Integrar e aperfeiçoar os instrumentos existentes, com agricultores, quebradeiras de coco, povos tradicionais, universidades e entidades de assistência técnica.

6.2 Proteção contra agrotóxicos. Defender projeto estadual de proibição da pulverização aérea de agrotóxicos, incluindo aeronaves tripuladas e drones, com fundamentação sanitária e ambiental, fiscalização e transição. Cobrar monitoramento da água e apuração de denúncias de contaminação. A proposta tratará de agrotóxicos, preservando a distinção em relação aos bioinsumos autorizados.

6.3 Assistência técnica e agroindústria familiar. Cobrar estrutura e presença do Ruraltins nos territórios. Defender editais para agroecologia e agroindústrias familiares. Apoiar cooperativas no acesso a equipamentos coletivos, armazenamento, beneficiamento e regularização sanitária, considerando as condições dos pequenos empreendimentos.

6.4 Economia solidária e trabalho das mulheres. Fiscalizar as políticas estaduais de economia solidária e economia social. Defender formação em gestão democrática, apoio contábil e jurídico e acesso a mercados para cooperativas e associações. Propor aperfeiçoamentos que reconheçam a economia feminista e camponesa e enfrentem a desigualdade na distribuição da renda.

6.5 Compras da agricultura familiar. Cobrar a execução do Programa Alimenta Tocantins e a participação estadual no Programa de Aquisição de Alimentos. Fiscalizar o cumprimento do mínimo legal nas compras para a alimentação escolar e defender sua ampliação, com chamadas públicas acessíveis, preços adequados, entregas planejadas e pagamentos regulares.

6.6 Alimentação como direito. Defender orçamento e controle social para a política estadual de segurança alimentar. Apoiar hortas comunitárias com água, equipamentos, formação e distribuição participativa. Cobrar cooperação entre Estado e municípios para atender os territórios com insegurança alimentar.

6.7 Cozinhas solidárias. Defender financiamento estadual para iniciativas populares de preparo e oferta de refeições, articuladas ao Programa Cozinha Solidária federal. Propor critérios públicos de seleção e acompanhamento, compras da agricultura familiar e condições sanitárias e de trabalho adequadas.

6.8 Juventude no campo. Articular formação, assistência técnica, inclusão digital e oportunidades de produção e renda para jovens de assentamentos e comunidades rurais. Construir as prioridades com as comunidades e defender financiamento para que a permanência no campo seja uma escolha com direitos e perspectivas de futuro.



Voltar ao sumário

7 Justiça climática e proteção ambiental

Defendemos o Cerrado, as áreas de transição com a Amazônia e as bacias dos rios Tocantins e Araguaia. A política estadual deve integrar prevenção de queimadas, segurança hídrica e proteção diante de secas, enchentes e calor, com prioridade aos territórios mais vulnerabilizados.

7.1 Efetivar a política climática. Cobrar a implementação da Política Estadual de Atenção às Emergências Climáticas e o Combate ao Racismo Ambiental, instituída pela Lei nº 4.618/2024. Defender planos, orçamento, responsáveis e indicadores públicos para acompanhar sua execução.

7.2 Reduzir desmatamento e emissões. Cobrar inventários, séries históricas e metas progressivas com ano de referência, metodologia e revisões periódicas. Defender objetivos ambiciosos e verificáveis, recuperação de áreas degradadas e enfrentamento ao desmatamento ilegal, com acompanhamento público dos resultados.

7.3 Prevenção e adaptação. Defender apoio aos municípios para planos de contingência, alertas e resposta a desastres. Destinar emendas à recuperação de nascentes e matas ciliares, à arborização e a obras de adaptação em periferias, assentamentos e comunidades tradicionais, com manutenção planejada.

7.4 Fiscalização ambiental. Requerer ao Naturatins informações sobre licenciamento, fiscalização, qualidade da água e cumprimento das condições impostas aos empreendimentos. Cobrar relatórios anuais compreensíveis, fortalecer equipes técnicas e defender auditorias pelos órgãos competentes diante de indícios de irregularidade.

7.5 Mineração e reparação. Acompanhar empreendimentos por audiências, visitas e análise técnica. Encaminhar denúncias aos órgãos estaduais, à Agência Nacional de Mineração e aos demais responsáveis. Cobrar monitoramento da água e do solo, reparação de danos e planos de fechamento e recuperação, com responsabilidade pelos impactos que permaneçam após a operação.

7.6 Água segura e tarifas acessíveis. Cobrar planos de investimento com etapas e prioridades para universalizar água e saneamento, conforme as metas legais e a situação de cada território. Fiscalizar a aplicação da Tarifa Social de Água e Esgoto e defender proteção às famílias de baixa renda.

7.7 Águas e resíduos. Defender recuperação de mananciais, drenagem urbana, aproveitamento da água da chuva e monitoramento de poços. Fiscalizar o descarte irregular de resíduos, inclusive eletrônicos, e cobrar coleta e destinação adequadas. Articular coleta seletiva, logística reversa e valorização das cooperativas de catadores com os municípios.



Voltar ao sumário

8 Segurança pública e direitos humanos

Defendemos uma segurança pública que proteja a população e os profissionais, previna a violência e permita investigar abusos. O mandato atuará sobre as forças estaduais, a transparência da política de segurança e o enfrentamento das desigualdades raciais e territoriais.

8.1 Câmeras corporais. Propor diretrizes e defender orçamento para implantação progressiva do uso obrigatório de câmeras corporais nas atividades operacionais previstas nos protocolos. Cobrar cronograma público, treinamento, manutenção e condições de uso efetivo, em consonância com as normas nacionais.

8.2 Gravações preservadas. Defender o registro de ocorrências, abordagens e operações previstas nos protocolos, prevenindo desligamentos indevidos. Cobrar armazenamento seguro, integridade dos arquivos e controle de acessos, com proteção contra exclusões e manipulações. Exigir preservação ampliada quando houver mortes, lesões, denúncias ou investigações.

8.3 Acesso aos registros e proteção de direitos. Propor mecanismos para que vítimas, familiares e representantes legais requeiram a preservação das gravações. Defender acesso pelos órgãos de investigação e controle, respeitando a intimidade, o sigilo legal e o direito de defesa.

8.4 Dados para prevenir a violência. Fiscalizar e propor melhorias no Painel de Estatísticas Criminais do Tocantins. Cobrar dados periódicos por município, raça ou cor, gênero e idade, com metodologia clara e qualidade dos registros. Defender informações territoriais que ajudem a orientar políticas e preservem a identidade das vítimas.

8.5 Enfrentamento ao racismo nas abordagens. Defender protocolos que impeçam o uso de raça, aparência, vestimenta ou lugar de moradia como fundamento isolado de suspeição. Cobrar formação continuada em direitos humanos e relações raciais, canais acessíveis de denúncia e apuração pelos órgãos competentes.

8.6 Redução da letalidade. Cobrar metas de redução das mortes decorrentes de intervenção policial no planejamento estadual. Acompanhar protocolos de uso proporcional da força, negociação e redução de situações de conflito, com instrumentos de menor potencial ofensivo e proteção da vida dos próprios agentes.

8.7 Controle e participação. Fortalecer a fiscalização parlamentar, as ouvidorias e o acompanhamento do controle externo realizado pelo Ministério Público. Defender a participação da sociedade civil, do movimento negro e das juventudes no planejamento e na avaliação da segurança pública.



Voltar ao sumário

9 Cultura e igualdade racial

A cultura tocantinense precisa de apoio à criação nas periferias e no interior, à memória negra e às expressões dos povos tradicionais. Vamos cobrar financiamento e participação por meio do Sistema de Cultura e do Plano Estadual de Cultura.

9.1 Cultura de rua. Propor proteção e fomento às batalhas de rima, ao hip-hop, ao grafite e à dança de rua, com editais acessíveis, circulação e formação. Ampliar as iniciativas existentes, como a Semana do Hip Hop, para políticas permanentes. Apoiar o reconhecimento patrimonial com participação dos praticantes.

9.2 Espaços para a cultura. Articular com os municípios o uso democrático de praças e equipamentos públicos, com infraestrutura e regras claras. Defender projetos em Palmas, Araguaína, Gurupi, Porto Nacional, Paraíso do Tocantins e nos demais municípios, respeitando a liberdade de expressão e a competência municipal.

9.3 Memória negra e Padre Josimo. Defender um monumento à memória do povo negro tocantinense e um espaço permanente de memória de Padre Josimo Tavares, com participação comunitária. Apoiar um centro ou núcleo de documentação do povo negro, em cooperação com instituições existentes, com acervos, história oral, atividades educativas e bolsas.

9.4 Chapada dos Negros em Arraias. Cobrar a proteção das Ruínas da Casa do Feitor, reconhecidas pela Lei estadual nº 2.199/2009, e defender a avaliação da ampliação da proteção da paisagem e dos demais bens associados. Apoiar pesquisa, conservação e visitação responsável, com protagonismo comunitário e acesso da população local e de baixa renda.

9.5 Turismo de base comunitária. Fiscalizar a implementação da Lei estadual nº 4.134/2023 e defender apoio técnico e recursos para iniciativas geridas pelas comunidades. Cobrar participação local, distribuição da renda e respeito aos direitos territoriais, inclusive no Jalapão, prevenindo expulsões e apropriação indevida de bens e conhecimentos comunitários.

9.6 Liberdade religiosa. Defender os terreiros e as demais comunidades religiosas contra discriminação e violência. Apoiar levantamentos voluntários, com proteção das informações sensíveis, e articular a regularização dos espaços conforme sua situação fundiária. Preservar a laicidade do Estado e a liberdade de crença.

9.7 Enfrentamento ao racismo. Defender planejamento estadual com metas em educação, segurança, saúde e trabalho, construído com o movimento negro. Fiscalizar ações afirmativas, incluindo a reserva de vagas para pessoas negras, indígenas e quilombolas em concursos do Executivo estadual. Cobrar dados sobre desigualdades no acesso aos serviços, com proteção das pessoas.



Voltar ao sumário

10 Democracia e participação popular

A participação no mandato precisa alcançar as regiões do Tocantins e permitir que as pessoas sejam ouvidas sem depender de uma viagem até Palmas. A escuta será acompanhada de encaminhamentos, publicidade das decisões e retorno às comunidades.

10.1 Gabinete itinerante. Manter calendário público de atendimento em bairros, assentamentos e comunidades, combinando visitas presenciais e canais acessíveis de contato. Registrar demandas, encaminhá-las aos órgãos competentes e informar seu andamento. Convidar representantes do poder público quando a solução exigir atuação conjunta.

10.2 Plenárias e prioridades. Realizar plenárias territoriais periódicas para discutir prioridades, acompanhar propostas e prestar contas. Organizar mecanismos para que as decisões coletivas orientem politicamente o mandato e a escolha de emendas, respeitando as regras de destinação dos recursos e as responsabilidades da deputada.

10.3 Orçamento participativo. Defender mais participação social na elaboração do orçamento estadual e organizar o debate público das emendas do mandato. Publicar critérios, escolhas e justificativas, acompanhando a aprovação e a execução dos recursos pelos órgãos responsáveis.

10.4 Transparência. Manter uma página pública com agenda, proposições, votos, relatórios de fiscalização e emendas. Informar o objetivo, o destinatário, os valores e a situação de cada recurso, em linguagem simples e com recursos de acessibilidade.

10.5 Casa dos Movimentos Sociais. Articular uma Casa dos Movimentos Sociais em Palmas como espaço de interesse público, com uso plural, critérios objetivos e gestão transparente. Defender um projeto com imóvel, manutenção e instrumento jurídico definidos, destinado a atividades de finalidade pública e formação cidadã.

10.6 Observatório do mandato. Organizar o acompanhamento de recursos e compromissos com dados dos portais de transparência, requerimentos e contribuições da sociedade. Divulgar resultados e encaminhamentos de fiscalização para que a população acompanhe e cobre a atuação parlamentar.



Voltar ao sumário

11 Trabalho e serviço público

A qualidade dos serviços públicos do Tocantins depende de profissionais valorizados, vínculos adequados e condições de trabalho. Defendemos concursos, liberdade sindical, negociação permanente e proteção previdenciária, com atuação sobre as responsabilidades estaduais.

11.1 Concursos e nomeações. Cobrar planejamento para preencher necessidades permanentes e reduzir o uso indevido de vínculos precários. Fiscalizar editais, validade dos concursos, vagas e ordem de classificação. Defender as convocações conforme as vagas, as necessidades demonstradas e os direitos de nomeação previstos na legislação.

11.2 Piso e carreira docente. Fiscalizar o piso nacional vigente e defender a valorização de toda a carreira, com progressões e critérios transparentes. Cobrar negociação e propostas do Executivo para corrigir distorções remuneratórias e cumprir direitos reconhecidos, respeitando os mecanismos próprios de atualização do piso e da carreira.

11.3 Carreiras e condições de trabalho. Defender revisão negociada dos planos de carreira dos servidores estaduais, incluindo educação e saúde, com valorização da formação. Cobrar equipes suficientes, jornadas adequadas a cada profissão, pausas e prevenção de riscos. Defender incentivos para regiões de difícil provimento e propostas do Executivo para aprimorar remuneração, licenças e direitos funcionais.

11.4 Negociação e liberdade sindical. Defender mesas regulares de negociação com participação das entidades representativas, calendário e divulgação dos encaminhamentos. Cobrar apuração de perseguições e represálias decorrentes de atividade sindical, com respeito ao direito de defesa e às garantias dos trabalhadores.

11.5 Controle do Igeprev. Requerer informações sobre investimentos, despesas, gestão e equilíbrio previdenciário. Acompanhar trimestralmente os dados disponíveis e defender auditorias técnicas quando necessárias. Cobrar transparência dos estudos que avaliam a sustentabilidade do regime, dos cenários de risco e da participação dos representantes dos segurados.

11.6 Previdência no interior. Cobrar ampliação do acesso aos serviços do Igeprev no Bico do Papagaio e em outras regiões com dificuldades de atendimento. Defender canais presenciais ou itinerantes, apoio digital acessível e informações claras sobre os processos.

11.7 Saúde ocupacional e combate ao assédio. Cobrar prevenção do adoecimento, exames conforme os riscos profissionais, avaliação dos ambientes e cuidado em saúde mental. Defender canais protegidos de denúncia, apuração imparcial e participação sindical na prevenção e no acompanhamento das condições de trabalho.



Voltar ao sumário

12 Pessoas com deficiência e pessoas idosas

Acessibilidade e cuidado devem integrar saúde, educação, mobilidade, trabalho e assistência social em todo o Tocantins. A expansão dos serviços precisa vir acompanhada de condições reais de acesso, participação e autonomia.

12.1 Plano de acessibilidade. Propor diretrizes e cobrar um levantamento das barreiras nos prédios, serviços e meios digitais estaduais. Defender cronograma público e orçamento para adaptações em escolas, hospitais, universidades, terminais e equipamentos culturais, com prioridades definidas junto às pessoas com deficiência.

12.2 Inclusão no trabalho. Fiscalizar a reserva de vagas nos concursos estaduais e defender qualificação, adaptações razoáveis e condições de permanência. Cobrar das empresas contratadas pelo Estado o cumprimento das obrigações legais de inclusão. Apoiar cooperativas inclusivas por instrumentos de fomento e contratação adequados.

12.3 Rede de cuidados à pessoa idosa. Cobrar apoio estadual aos municípios para serviços de convivência, centros-dia e outras ofertas necessárias em cada território. Integrar SUS, assistência social e política de cuidados. Defender atenção multiprofissional, alimentação, atividades culturais e apoio às famílias, preservando autonomia, vínculos comunitários e proteção contra violência.

12.4 Acesso no interior. Destinar emendas a projetos de acessibilidade e cuidado com planejamento de equipes, funcionamento e manutenção. Acompanhar transporte e comunicação acessíveis para que a distância não impeça o atendimento de pessoas idosas e pessoas com deficiência.

Esses compromissos também orientam as propostas de inclusão educacional, transporte, saúde, moradia, cultura e esporte apresentadas nos demais eixos. O planejamento dos serviços deve contar com as próprias pessoas atendidas e com suas organizações representativas.



Voltar ao sumário

13 Esporte e juventude

Defendemos o esporte e o lazer como direitos e a participação das juventudes nas decisões estaduais. As ações devem alcançar áreas urbanas e rurais, conectando equipamentos comunitários, permanência educacional, formação e oportunidades de trabalho.

13.1 Esporte popular. Defender financiamento para recuperar, construir e manter quadras, campos e outros equipamentos comunitários. Destinar emendas às periferias, aos assentamentos e às comunidades indígenas e quilombolas, com acessibilidade, regras públicas de uso e participação local, articulando os fundos e programas disponíveis.

13.2 Bolsas e participação esportiva. Defender ampliação de bolsas e apoio a atletas de baixa renda, com critérios transparentes e atenção às barreiras enfrentadas por mulheres, indígenas, quilombolas e pessoas com deficiência. Cobrar regularidade dos pagamentos e articulação com estudo, treinamento, competições e iniciativas comunitárias.

13.3 Planejamento estadual para a juventude. Defender um plano estadual de longo prazo construído com as juventudes e o aperfeiçoamento dos instrumentos existentes. Cobrar responsabilidades, financiamento e indicadores de educação, trabalho, cultura, saúde, mobilidade e participação, em consonância com o Estatuto da Juventude.

13.4 Conselhos e movimento estudantil. Apoiar a autonomia das organizações juvenis e estudantis e cobrar o funcionamento efetivo do Conselho Estadual de Juventude. Defender conferências e consultas que incluam jovens do interior e de comunidades rurais e tradicionais, com condições acessíveis de participação.

13.5 Informações sobre as juventudes. Articular com universidades e órgãos públicos uma rede de informações ou observatório, aproveitando estruturas existentes. Acompanhar o acesso a direitos por território e grupos sociais, com metodologia pública e proteção de dados, para orientar e avaliar as políticas.

13.6 Aprendizagem profissional. Defender mais oportunidades de aprendizagem com formação de qualidade, remuneração e compatibilidade com os estudos. Articular poder público, instituições formadoras e empregadores para cumprir a legislação. Apoiar programas em órgãos públicos por instrumentos adequados, preservando o concurso para cargos permanentes.

13.7 Juventude e acesso aos direitos. Integrar esporte e juventude às políticas de saúde mental, cultura de rua, enfrentamento ao racismo, diversidade, educação e permanência no campo. Acompanhar os resultados com participação dos jovens na avaliação.



Voltar ao sumário

Como a população poderá acompanhar

Nosso compromisso com a participação continua depois da eleição. O mandato organizará as propostas deste programa em um registro público de acompanhamento, com informações acessíveis para que a população saiba o que foi encaminhado e possa cobrar resultados.

Prioridades debatidas nos territórios

O planejamento anual será discutido nas plenárias, considerando as demandas das comunidades, os dados disponíveis e o orçamento estadual. O gabinete itinerante dará retorno sobre os pedidos recebidos e sobre as providências cobradas dos órgãos responsáveis.

Propostas com andamento público

Para cada compromisso, informaremos a ação adotada pelo mandato, o instrumento utilizado, o órgão responsável pela execução e a situação orçamentária. A prestação de contas mostrará quando uma proposta foi apresentada, aprovada, financiada ou efetivamente entregue à população.

Recursos com destino e execução visíveis

As emendas terão seus objetivos, valores e destinatários publicados. O acompanhamento incluirá a liberação dos recursos, a execução dos projetos e as condições de funcionamento e manutenção dos serviços apoiados.

Resultados que possam ser cobrados

O acompanhamento considerará indicadores como tempo de espera na saúde, permanência estudantil, proteção dos territórios, execução habitacional e acesso aos serviços. As metas e os encaminhamentos serão revistos nas plenárias a partir das informações disponíveis e das necessidades da população.

Queremos um mandato presente no Tocantins, com decisões construídas coletivamente e responsabilidade pública sobre cada compromisso assumido. Este programa é a referência para essa atuação.



Voltar ao sumário

Leis e políticas que orientam as propostas

Os links abaixo permitem consultar as principais bases legais citadas no programa. As propostas incluem tanto a aplicação e o aperfeiçoamento de políticas existentes quanto medidas que defenderemos na Assembleia Legislativa.

Competências e orçamento

Constituição Federal • Constituição do Estado do Tocantins • Lei de Responsabilidade Fiscal

Educação

LDB • Fundeb • Piso nacional do magistério

STF sobre escolha de direções escolares

Terra e direitos territoriais

Regularização quilombola • Convenção nº 169 da OIT • Babaçu Lei estadual nº 1.959/2008

Moradia e saneamento

TO em Casa Lei estadual nº 4.684/2025 • Regionalização do saneamento no Tocantins • Diretrizes nacionais de saneamento • Aluguel social estadual • Auxílio-aluguel na Lei Maria da Penha • Tarifa Social de Água e Esgoto

Saúde e cuidados

Direitos na atenção à saúde mental • Atendimento nas delegacias da mulher • Política Nacional de Cuidados



Voltar ao sumário

Leis e políticas que orientam as propostas

Agricultura e alimentação

Produção orgânica • Economia solidária no Tocantins • Economia social no Tocantins • Programa Alimenta Tocantins • PAA e Programa Cozinha Solidária • Alimentação escolar • Segurança alimentar no Tocantins

Clima e meio ambiente

Emergências climáticas e combate ao racismo ambiental no Tocantins • STF sobre a proibição de pulverização aérea no Ceará

Cultura e igualdade racial

Sistema de Cultura do Tocantins • Plano Estadual de Cultura • Semana do Hip Hop • Proteção das Ruínas da Casa do Feitor • Turismo de base comunitária • Reserva de vagas em concursos do Executivo estadual

Participação e inclusão

Parcerias com organizações da sociedade civil • Lei Brasileira de Inclusão • Inclusão de pessoas com deficiência nas empresas • Estatuto da Juventude

Federação Brasil da Esperança no registro do TSE

Referências consultadas em 18 de setembro de 2026.